

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL E IMPLICAÇÕES NAS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DE MATO GROSSO DO SUL¹

Rosemeire Lopes da Silva Farias²

Resumo

Este artigo contextualiza a abertura política no Brasil e o cenário político de Mato Grosso do Sul (MS), procurando compreender o contexto histórico do período e a formação do cenário político de MS, desde a sua criação, marcando a formação e a consolidação de MS, assim como o início dos trabalhos parlamentares estaduais. Baseou-se na análise de documentos e de estudos sobre a história nacional e de MS. Com a análise dos dados, percebeu-se que a organização política existente em MS em 1979 estava em sintonia com a conjuntura política nacional, à época, havendo prevalência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em relação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No entanto, constatou-se que essa situação de prevalência estava prestes a mudar por força das disputas políticas.

Palavras-chave: Abertura Política no Brasil. Articulações Políticas em MS. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Introdução

Este texto discorre sobre alguns acontecimentos que envolveram a constituição do cenário político do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), desde a sua criação, em especial marca o início dos trabalhos parlamentares, a composição inicial do Parlamento estadual, assim como procura demonstrar as articulações políticas existentes à época da formação e consolidação de MS.

Para compreender o contexto da década de 1980 e o cenário de mudanças político-econômico-sociais da época, reporta-se à década de 1970, passando pela crise do modelo de Estado elaborado no pós-guerra (1945) e pelos anos de início do modelo denominado de Neoliberalismo.

Destaca-se o contexto das eleições de 1982, procurando descrever o movimento de embate instalado em MS, tendo como protagonistas a ARENA e MDB (PMDB). Nesse pleito,

¹ Um recorte da tese de Doutorado intitulada “Educação e Meritocracia: a ação dos partidos políticos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul” (2007-2010), que foi orientada pela Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira.

² Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e-mail: profarosearias@gmail.com.

o leitor pôde votar para governador do estado, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Foi um importante passo para a retomada da democracia.

Ressalta-se que os dados obtidos tiveram como base documentos elaborados pela Assembleia Legislativa de MS e estudos que versam sobre a história nacional e de MS.

É importante frisar que tais informações fazem parte da tese de doutorado, intitulada “Educação e Meritocracia: a ação dos partidos políticos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (2007 a 2010)”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, em 2017.

O estudo desenvolvido tem como tema a ação dos partidos políticos na AL/MS, no que se refere à definição de políticas públicas para a educação básica, tendo como recorte o período que corresponde ao primeiro mandato (2007-2010) do Governador André Puccinelli do PMDB.

Assim, na próxima seção, discorre-se sobre a abertura política no Brasil e seus reflexos nas articulações do plano político da época da instalação da AL/MS, que tiveram consequências nos resultados do primeiro pleito no Estado e ditaram o rumo que a política tomaria após as eleições de 1982.

Abertura política no Brasil: reflexos nas articulações políticas no Estado de Mato Grosso do Sul, após as eleições de 1982

Para compreender o contexto da década de 1980 e o cenário de mudanças nos planos político, econômico e social, é preciso se reportar à década de 1970, quando se deu a crise do modelo de Estado elaborado no pós-guerra (1945), o Estado de Bem-Estar Social, e início o modelo denominado de neoliberal.

Entretanto, é fundamental esclarecer o que é o Estado de Bem-Estar Social, que é compreendido como uma estratégia adotada para evitar o retorno das condições econômicas graves impostas pela crise de 1930 (HARVEY, 2012). Para Sader (1995, p. 187), o Estado de Bem-Estar Social “havia se desenvolvido como forma de contornar as crises violentas do capitalismo, como aquela de 1929”.

Na teoria do Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, defendida por John Maynard Keynes, o Estado seria o agente regulamentador da política, economia e de questões que englobam o aspecto social, procurando manter o equilíbrio e se legitimar. Assim, surge o keynesianismo, uma teoria econômica baseada em projetos, que se fundamentam em objetivos

socialdemocratas, envolvendo a implementação de políticas sociais pela articulação de interesses das forças econômicas com os interesses de grupos sociais.

Para Sader (1995), esse modelo de Estado intervém na economia, promove condições para um crescimento mais estável e prolongado, com a criação de créditos, investimentos estatais, implantação de políticas sociais, mas delimita as normas de circulação do capital, para estabelecer os objetivos gerais da sociedade.

Todavia, a forma de acumulação do capital no plano econômico (fordismo)³ e o keynesianismo não foram capazes de conter as contradições do capitalismo. Segundo Harvey (1996), em meio a essa instabilidade econômica e com inflação alta, não foi possível conter a crise do modelo de acumulação de capital, por causa da falta de movimentação do capital em um contexto de intensificação da competição, de mudança tecnológica e de controle do trabalho, o que exigiu que se buscassem estratégias corporativas que pudessem garantir estabilidade econômica.

Essa realidade enfraqueceu o modelo keynesianista e abriu espaço para um novo modelo de acumulação do capital, “associado com um sistema de regulação política e social bem distinta”, qual seja, a acumulação flexível ou toyotismo (HARVEY, 1996, p. 140).

Uma nova relação do Estado com a sociedade (Estado Neoliberal) se instalou na década de 1970, trazendo mudanças para a realidade política, social e econômica. Há inúmeras teorias que explicam a referida crise, como destacado por Peroni (2006, p. 11), porém, ressalta-se o seguinte excerto: “Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise”.

Embora haja outras respostas e teorias, de forma geral, pode-se afirmar que a crise se deve ao gasto excessivo do Estado com políticas sociais, usadas como estratégia para conseguir se legitimar, o que se agravou pela regulamentação da economia, restrição da livre iniciativa, provocando desequilíbrio (PERONI, OLIVEIRA & FERNANDES, 2009).

Para Anderson (1995, p. 9), a ideologia neoliberal materializou-se como uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”; foi “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas política”.

³ Fordismo constitui-se em um o modelo econômico de produção em massa, criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914 (HARVEY, 1996)

Nesse contexto, procurou-se elevar a intensidade e a produtividade do trabalho. É a isso que as políticas neoliberais passaram a se dedicar, pois era necessário criar mecanismos para diminuir os custos de produção das mercadorias, da produção industrial, a fim de elevar o lucro, bem como reduzir os gastos públicos; o Estado precisava diminuir os recursos despendidos com as políticas públicas sociais. Assim, o papel do Estado dentro da ideologia neoliberal se materializa por meio da exigência de intervenção de forma direta na valorização do capital, isto é, desloca-se o centro da lógica do Estado para a lógica do mercado, tem-se, assim, um Estado mínimo para as políticas sociais, todavia, máximo para o capital (PERONI, 2003).

Como exemplo, tem-se a Inglaterra, em que a política neoliberal se explicitou com a contração da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, a baixa dos impostos sobre rendimentos altos, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, bem como com o aumento do desemprego, e os movimentos grevistas, conseqüentemente, passaram a ser reprimidos de forma severa. Criaram-se, ainda, uma nova legislação anti-sindical e um programa de privatização (ANDERSON, 1995).

Essa realidade internacional e as ideias neoliberais tiveram reflexos específicos no Brasil anos mais tarde, tendo em vista que o cenário da política nacional na década de 1980 apresentou mudanças, mas de outra ordem, foi o período de transição e de abertura democrática (PERONI, 2003), em meio à crise do capital com impactos econômico-sociais graves e após o período de ditadura civil-militar, que findou por causa de vários fatores, entre os quais o enfraquecimento da relação existente entre militares e setores da burguesia, causado pela queda do crescimento econômico decorrente da crise mundial e da alta da inflação, situação agravada pelos conflitos entre os próprios militares e pelo crescimento dos movimentos sindicais (FONSECA, 2013).

Abrucio (2014), também, destaca que a década de 1980 foi crucial para um novo rumo da sociedade brasileira, houve movimentos com a participação de diferentes segmentos sociais em prol da redemocratização, cada vez mais intensos, alavancados pelo desequilíbrio econômico, político e social instalado no país. Diferentes setores da sociedade civil uniram-se e se articularam para lutar pela garantia de direitos individuais e sociais fundamentais, em especial o direito de participar das decisões políticas, decidindo, pelo voto direto, quem deveria assumir o governo nacional.

Os movimentos sociais da década de 1980, ao lutarem pela democracia e pelo direito à cidadania, saíram em defesa da descentralização das políticas públicas, por acreditarem que,

com isso, aumentariam a eficácia e a eficiência das políticas governamentais, com o fortalecimento dos governos subnacionais, o que poderia permitir aos cidadãos influenciar nas decisões e possibilitar o controle das ações dos governos, conforme sugere Almeida (2004).

Arretche (2002, p. 29), por sua vez, menciona que houve dois fenômenos de reformas das instituições políticas, na década de 1980, que precisam ser destacados, quais sejam: “a retomada de eleições diretas em todos os níveis de governo e a descentralização fiscal da Constituição de 1988”, os quais possibilitaram recuperar as bases federativas do Estado brasileiro, assim como fizeram com que os governos locais tivessem mais autonomia sobre os recursos fiscais, ampliando a transferência de forma automática de recursos federais às unidades federativas.

A abertura política resultou da pressão das forças sociais e políticas à época do governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), que encontrava dificuldades para manter o regime civil-militar. Essa situação teve reflexo nas eleições de 1982. A reestruturação política não nasceu por acaso, mas, sim, do fato de as forças políticas opositoras tornarem-se uma ameaça ao governo que, com o discurso de liberalização, “implantou, no final de 1979, a [...] reforma partidária”, com a aprovação da Lei n. 6.767/1979, que reformulou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, inaugurando um “multipartidarismo limitado e artificial” (BITTAR, 2009, p. 185).

Assim, com a reforma e a abertura políticas, outros partidos foram criados, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, que tem sua história ligada aos movimentos sindicais. Seu fundador e nome de referência é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em 1982, liderou o PT rumo ao reconhecimento como partido político brasileiro: “a primeira conquista veio com o reconhecimento oficial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do PT como um partido político brasileiro, em 11 de fevereiro de 1982” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014, s.p).

Na síntese de Sader (1991, p. 36), a maior novidade era a formação do PT, que nasceu da organização de trabalhadores sindicalistas e se posicionava como um partido de esquerda, enquanto que “o PDS cobria a direita tradicional, o PMDB reunia setores heterogêneos de centro e da centro-esquerda”, e “o PTB e o PDT tratavam de ocupar o espaço do trabalhismo getulista”.

Diante disso, segundo o autor, o desafio do PT era “tentar compatibilizar a luta pela democracia com a busca da justiça social, simbolizada no socialismo democrático”, foi isso que

fez o partido se tornar o “principal protagonista da terceira geração da esquerda brasileira” (SADER, 1995, p. 147).

Sobre o Partido Democrático Trabalhista (PDT), Costa (2009, p. 262) lembra que ele trouxe em sua bagagem “uma série de contribuições doutrinárias originadas do PTB”. O PDT seguiu na linha do nacionalismo, pregando a busca da conquista da soberania nacional.

Costa (2009) afirma que o papel progressista de Brizola e do PDT em busca de fortalecer a luta contra o regime ditatorial fora reconhecido, entretanto o partido também foi visto como uma alternativa para as classes dominantes, na medida em que não representava uma oposição radical e mantinha estratégias políticas e governamentais já adotadas pelos governos brasileiros.

O propósito do PDT era conquistar o poder, por isso precisou quebrar a imagem revolucionária e radical que tinha. “Aproximava-se assim do modelo parlamentar social-democrata, assinalando a necessidade de transformações através da via gradual” (COSTA, 2009, p. 284).

Para Costa (2009, p. 284), o socialismo trabalhista do PDT ganhou destaque por introduzir “novas abordagens, ainda não predominantes nas práticas políticas das esquerdas brasileiras”, assim continuou sendo uma opção para aqueles que tendiam para a esquerda ou se declaravam de esquerda, mas fugiam do radicalismo.

Nas eleições de 1982, o eleitor pôde votar para escolher os ocupantes de seis cargos, quais sejam: governador, senador (uma vaga), deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Foi um importante passo para a retomada da democracia (BARRETO, 2009).

Outros partidos passaram a existir de forma independente, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), transformado depois no Partido Popular Socialista (PPS), e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) (SADER, 1995).

O resultado das eleições de 1982 revelou que a oposição conquistou cargos relevantes, como o de governador em muitos estados, MS foi um deles, elegeu para o governo estadual o político Wilson Barbosa Martins (PMDB). Barreto (2009) destaca que as eleições de 1982 foram cruciais para a retomada do processo democrático. Em todo o país, o resultado obtido pela oposição foi significativo e vitorioso, abriu as portas para os acontecimentos que sucederam, possibilitando a transição política que ocorreu no país, tendo como consequência: “a crise da sucessão presidencial, a campanha das “Diretas Já”, a cisão no PDS e, finalmente, a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985” (BARRETO, 2009, p. 14).

Em MS, “a eleição de 1982 opôs o partido da situação (PDS) contra três partidos oposicionistas (PMDB, PT e PDT) (...) o campo democrático apresentou-se dividido nessas três siglas que lançaram candidaturas próprias” (BITTAR, 2009, p. 230).

O PMDB saiu vencedor para governo do estado depois de uma campanha que envolveu a população, na esperança de mudança na política e melhoria na situação econômico-social (BITTAR, 2009).

Com as marcas da ditadura civil-militar e dificuldades da sociedade imersa em uma realidade de recessão e desigualdades econômicas, criou-se um ambiente propício para o êxito da oposição. Assim, o PMDB venceu com o discurso de mudança, pois parecia ser uma alternativa real para que isso ocorresse e o eleitor acreditou que, com ele, seria possível conquistar um governo diferente do que se tinha até então. Bittar (2009, p. 230) ressalta que o PMDB “era visto como o único com chances reais de vitória sobre” o PDS, “que, politicamente, representava a continuidade do regime militar”.

Os resultados das eleições de 1982 para governador em Mato Grosso do Sul foram os seguintes:

Quadro 1: Resultado das eleições de 1982 para governador

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Wilson Barbosa Martins	PMDB	258.192
José Elias Moreira	PDS	237.144
Wilson Fadul	PDT	5.414
Antônio Carlos de Oliveira	PT	4.541
Votos brancos	_____	33.371
Votos nulos	_____	14.808

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (MATO GROSSO DO SUL, 1982)

Percebe-se que a disputa se concentrou entre Wilson Barbosa Martins, do PMDB, e José Elias Moreira, do PDS. “A diferença exata entre ambos foi de 21.040 votos a favor de Martins. O caráter bipolar entre o PMDB e o PDS, como se verificou na maioria dos estados brasileiros, repetiu-se em Mato Grosso do Sul”, era a situação contra a oposição (CHAGAS, 2014, p. 145).

Outro ponto que chama atenção no quadro acima é o índice de votos brancos (6,05%) e nulos (2,68%). O quantitativo de votantes foi o de 553.470; já a abstenção totalizou 198.859. Considera-se significativo o número de eleitores que preferiram não votar, independente dos

motivos. Isso pode ser um indicativo do descontentamento da população mesmo sendo a primeira eleição após o governo civil-militar.

Para o Parlamento estadual foram eleitos:

Quadro 2: Resultado das eleições de 1982 para deputado estadual

Nome	Partido	Votos
Aires Marques	PMDB	15.387
Akira Otsubo	PMDB	16.689
Aniz Facher	PMDB	13.877
Armando Anache	PDS	7.032
Arthur Jorge do Amaral	PDS	6.495
Ary Rigo	PDS	7.537
Benedito Leal de Oliveira	PMDB	12.082
Cecílio de Jesus Gaeta	PMDB	8.562
Daladier Agi	PDS	10.527
Gandi Jamil Georges	PDS	38.120
Ivo Cerzósimo	PMDB	14.115
João Leite Schimidt	PMDB	15.548
Jonatan Pereira Barbosa	PMDB	31.605
Londres Machado	PDS	19.372
Manfredo Alves Corrêa	PDS	8.722
Nelson Buainain	PMDB	9.364
Nelson Trad	PDS	10.511
Onevan José de Matos	PMDB	26.300
Roberto Djalma Barros	PDS	6.885
Roberto Orro	PMDB	20.945
Valdir Pires Cardoso	PDS	9.825
Valter Pereira de Oliveira	PMDB	16.483
Walter Benedito Carneiro	PDS	12.195
Zenóbio Neves dos Santos	PDS	13.693

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (MATO GROSSO DO SUL, 1982).

Embora não se estivesse mais no contexto do bipartidarismo, o quadro acima explicita que nessas eleições ele permaneceu, havendo equilíbrio no número de deputados dos partidos: eram doze do PMDB e doze do PDS. Mesmo que o resultado demonstre esse equilíbrio entre os dois partidos, é possível vislumbrar que a hegemonia do PDS já estava sendo ameaçada pela ascensão do PMDB na política sul-mato-grossense. Na eleição para a formação da primeira legislatura da Assembleia Legislativa, como visto na subseção anterior, eram onze da ARENA e sete do MDB, uma diferença de quatro deputados. Mesmo assim, alguns atores do PDS, como Londres Machado (PDS), Valter Carneiro (PDS) e Nelson Trad (PDS), mantiveram-se ativos no cenário político durante anos.

Pode-se, então, considerar que a vitória da oposição na eleição de 1982 foi um marco na história de MS. Segundo Bittar (2009, p. 214), na disputa pelo Poder Executivo em MS, houve vantagem do PMDB que se beneficiou da crise que o grupo de Pedrossian provocara, “apresentando-se como alternativa capaz de instaurar a normalidade político-administrativa. A partir daí, o cenário político sul-mato-grossense passou a ser fortemente polarizado entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins”.

Nesse contexto, ao analisar a movimentação em Mato Grosso do Sul, nota-se que a polarização marca a história político-partidária do estado e que houve apenas a troca dos atores políticos, representantes das elites agrárias sul-mato-grossenses.

Assim, o resultado das eleições de 1982 expressa a articulação política da época e o cenário de disputa pelo controle da Administração Pública estadual e demonstra que o PMDB conquistou representatividade na Assembleia Legislativa, passando a dividir espaço com o PDS que até então predominava. Essa eleição representou um ganho para o processo de construção da democracia; nacionalmente, a eleição de 1982 agregou diferentes segmentos da sociedade civil e mobilizou forças políticas da sociedade em busca de mudança. O Partido Comunista de MS, por exemplo, envolveu-se no processo de eleição levando a “campanha para as ruas (...)” (BITTAR, 2009, p. 231).

Em MS, Wilson Barbosa Martins assumiu o governo em 15 de março de 1983 e “governou até 15 de maio de 1986⁴, quando foi substituído por seu vice Ramez Tebet que completou o período” (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 1991, p. 145).

Esses acontecimentos envolveram constituição do cenário político sul-mato-grossense desde a sua criação, em especial marcaram o início dos trabalhos parlamentares, a formação inicial do Parlamento estadual e demonstraram as articulações políticas que ocorreram quando da consolidação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações finais

Expôs-se, neste artigo, um recorte do estudo realizado para a elaboração da tese de doutorado, intitulada “Educação e Meritocracia: a ação dos partidos políticos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (2007 a 2010)”, de 2017.

O objetivo foi contextualizar a abertura política no Brasil, as eleições de 1982 e o cenário político de Mato Grosso do Sul, procurando compreender o contexto histórico e a

⁴O Governador Wilson Barbosa Martins deixou o cargo para se candidatar ao Senado.

formação do cenário da política em MS, desde a sua criação, assim como o início dos trabalhos parlamentares estaduais, destacando as bases políticas, os líderes políticos e as articulações que desenharam e ditaram o caminho que a Assembleia Legislativa iria percorrer durante os anos iniciais de sua atividade.

Tem-se em mente que entendendo o contexto histórico da época e as forças políticas que disputaram o poder, é possível compreender os ideais subjacentes presentes na política do Estado, os quais certamente influenciariam a atuação do Legislativo estadual ao longo de suas legislaturas.

Nesse contexto, é crucial lembrar que, no início da década de 1980, travava-se o embate pela redemocratização e eleição direta, tendo como bandeiras a defesa de liberdades reprimidas na época da ditadura civil-militar e a da participação da população no processo de decisão dos rumos políticos do País. Isso prendeu a atenção de todos e exigiu concentração das forças, pois era preciso recomeçar.

Essa abertura política resultou da pressão das forças sociais e políticas da época que tiveram reflexo nas eleições de 1982. Compuseram a Assembleia Legislativa representantes eleitos pela ARENA (11) e pelo PMDB (7), com uma diferença a favor do Executivo, que também era da ARENA.

As figuras políticas que tiveram destaque nos anos iniciais de MS foram Pedro Pedrossian, da ARENA (PDS), e Wilson Barbosa Martins, do MDB (PMDB), ambos representantes da elite sul-mato-grossense. As frações da elite agrária queriam garantir o comando da Administração Pública estadual e do Legislativo estadual, pois o controle da Administração Pública era fundamental para a permanência das políticas dos antigos ‘caciques’, ‘políticas clientelistas’. Foram tais as forças políticas que perduraram por muito tempo no Estado de MS e que criaram condições para o surgimento de outros atores.

Neste texto, como se pôde perceber, procurou-se apresentar um recorte do que foi exposto na tese de doutorado. Todavia, tem-se a convicção de que muito ainda há que ser observado e explorado, o que se pretende fazer em trabalhos futuros.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC. In: Loureiro MRG, organizador. **O Estado numa era de reformas: os anos FHC**. Brasília: [s.n.]; 2002.

_____. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 24, p. 41-67, jun. 2005.

_____. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 401-20, mar./abr. 2005a.

_____. **Reforma do estado e federalismo**: o caso dos governos estaduais brasileiros. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/229649/Abrucio.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2014.

ALMEIDA, Ludmila Chaves. **PPB**: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, SP, 2004.

ARRETCHE, Marta. **Relações federativas nas políticas sociais**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.80, pp. 25-48. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000003>. Acesso em: 23 de out. 2014.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. **Eleições e mudanças políticas no Brasil nos 80**: análise a partir de uma unidade subnacional (PELOTAS, RS). Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/04/01.pdf>. Pensamento Plural. Pelotas, pp. 11-35, 2009. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II**: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 2ª edição. Campo Grande: Assembleia Legislativa, 1991.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2014.

CARDOSO, Adalberto Trindade. **Poder Legislativo e Educação no Pará**: produção legislativa sob restrições institucionais (13º e 14º legislaturas). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*. Universidade Federal do Pará, 2007. Banco de Teses da Capes. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br>. Acesso em: 20 de maio. 2013.

PERONI, Vera Maria. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L., PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia?. Série história viva. São Paulo: Atual, 1991.

_____. **O Anjo Torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.